

# “TUDO QUE VOCÊ CONSEGUE SER” – TRISTE BNCC/HISTÓRIA (A versão final)<sup>1</sup>

*Marcos Silva<sup>2</sup>*

*“(tudo se sanearia desde casas abertas)  
portas por-onde, jamais portas-contra;  
por onde, livres: ar luz razão certa.”*

João Cabral de Mello Neto, “Fábula de um Arquiteto”

## RESUMO

Este artigo comenta a versão final da BNCC/História (2017). Ele evoca as primeiras versões desse documento, elaboradas durante o governo de Dilma Rousseff e duramente combatidas por setores golpistas da política brasileira e seus congêneres conservadores da Historiografia. A timidez conservadora da versão final, eficaz para seus fins políticos, é assinalada junto com a definição do documento como planejamento virtual para o Ensino de História.

**PALAVRAS CHAVES:** BNCC/História; Ensino de História; Governo Dilma Rousseff; Ditadura Michel Temer.

*“ALL YOU CAN BE” – SAD BNCC/HISTORY*

*(The final version)*

## ABSTRACT

This article comments on the final version of BNCC/History (2017). It evokes preliminary versions of this document, elaborated during Dilma

---

<sup>1</sup> O título deste escrito retoma trechos das canções “Tudo que você podia ser” (Lô Borges e Márcio Borges) e “Triste Bahia” (poema de Gregório de Matos [1636/1696], musicado por Caetano Veloso). O potencial trocadilho no subtítulo (A versão, Aversão) é apenas coincidência.

“Tudo que você podia ser”. <https://www.youtube.com/watch?v=IbkG0w6iDM>. “Triste Bahia”. <https://www.youtube.com/watch?v=cs2L70ZfVTI>. Acesso em: 16.08.2018

<sup>2</sup> Departamento de História da FFLCH/USP. E-mail: [marcoasilva.usp@uol.com.br](mailto:marcoasilva.usp@uol.com.br).

Rousseff mandate and hard-fought by Brazilian coup sectors and its conservative congeners of Historiography. The conservative timidity of the final version, effective for its political ends, is signaled along with the definition of the document as virtual planning for History Teaching.

**KEYWORDS:** BNCC/History; History Teaching; Dilma Rousseff Mandate; Michel Temer Dictatorship.

\*\*\*

A BNCC/História, divulgada em 2017, começou a ser debatida nos governos da Presidenta Dilma Rousseff, inclusive quando o último já enfrentava a campanha midiática, parlamentar e jurídica que levou a sua derrubada (2015/2016), e teve desfecho no governo Michel Temer (2016/...), desdobramento daquele golpe de Estado (e de Sociedade!) e inaugurador de uma nova ditadura entre nós *“avec peu d’élégance”*.

Seu primeiro esboço sofreu ataques de setores do próprio Ministério da Educação ainda do governo Rousseff (a direção do órgão endossou, sem ouvir a equipe que redigira aquele esboço nem um de seus assessores, a falsa acusação de que História Antiga da Europa e outros tópicos clássicos de conteúdo tinham sido excluídos do projeto, confundindo versão inicial de uma BNCC com planejamento de curso), além de outros disparates externos, que antecipavam ou repercutiam aquela campanha contra a gestão de Dilma. Vale lembrar que o documento preliminar foi acusado de lulopetismo, linha metodológica desconhecida em História, ignorando debates sobre História do Brasil, História da África, História das Américas, História Imediata e Passado/Presente. O governo Rousseff, portanto, igualmente se derrubou a partir de parcelas de seus quadros, apoiando quem o atacava: isso também é História.

A versão preliminar da BNCC/História se revelou pouco didática (era uma versão preliminar, todavia!), deficiência que, associada à má vontade e à má fé de seus críticos, contribuiu para incompreensões e preconceitos, rumores e difamações – procedimentos muito reprováveis no debate

acadêmico, embora corriqueiros nesse meio. Enfatizar Brasil no Ensino de História não significou ignorar Mundo. Deixando de lado as pesquisas de Varnhagen(1981), no século XIX, em arquivos europeus, para coletar documentação atinente à História do Brasil, autores clássicos do século XX, como Caio Prado Jr(1933). e Fernando Novais, explicitaram que falar em Brasil é também falar em Mundo: a colonização existiu nos quadros da política europeia da modernidade. Novais salientou depois a grande importância ideológica do Catolicismo na experiência colonial ibérica, uma vez que ele sacralizava a posse e/ou o controle sobre terras e gentes. É impossível discutir Catolicismo sem pensar nas Antiguidades hebraica, grega e romana, bem como nas anteriores ou similares de Egito e Mesopotâmia.

Aprender História do Brasil significa também debater esses tópicos. Estudar tais Antiguidades antes de abordar colonização do Brasil ou durante esse processo de aprendizagem são opções igualmente legítimas, desde que as experiências anteriores não sejam tomadas como explicações cronológicas (origens, causas) que se bastam naquele universo de conhecimento.

Os Autores daquela versão preliminar da BNCC/História, com certeza, leram Prado Jr. e Novais (são graduados em História!), conhecem aqueles laços profundos Brasil/Mundo, vínculos entre presentes e diferentes camadas de passados, entendem e ensinam a escrita recíproca desses diferentes tópicos. Por que, então, eles enfatizaram Brasil, América e África no Ensino de História a ser ministrado... no Brasil?

A respeito de Brasil, a Historiografia, desde o século XIX, problematizou e continua a problematizar sua existência, da base cultural luso-afro-indígena às imigrações, incluindo a definição de “América portuguesa” (que perde muito de africana, indígena e também de outras presenças europeias – espanhóis, holandeses, franceses, para falar no período colonial - e, depois, alemães, italianos, japoneses, libaneses, angolanos, bolivianos, peruanos e tantos outros grupos de imigrantes),

passando pelas lutas de classes: Brasil é um fazer-se de múltiplos grupos sociais em confrontos e permuta.

Sobre África, além dos discursos já clássicos sobre suas especificidades, existe a exigência legal de seu ensino (Lei 10.639/03) e um imperativo ético: mais de 50% da população brasileira é afrodescendente, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, sem esquecer da gigantesca presença cultural africana nas tradições culturais do país. O texto explicitou lugar e tempo a partir de onde historiadores, professores e alunos falam: o Ensino de História é consciência de si, que não renuncia à consciência sobre os outros – outros homens e mulheres, outras épocas e outros espaços; enfatizar algumas experiências negligenciadas não significa fomentar novas negligências.

No que se refere a América, diferentes estados nacionais que compõem o continente possuem experiências em comum, ressaltadas particularidades históricas: indígenas (outra exigência legal no ensino – Lei 11.645/08 -, além do imperativo ético representado pela presença cultural disseminada, pelo extermínio secular e pela difícil sobrevivência de grupos humanos desse universo), estratégias de colonização, mestiçagem, racismo, percursos de estados independentes, imigrações, ditaduras, esforços por democracia...

História Imediata e relações Passado/Presente são tópicos mais que clássicos no Conhecimento Histórico, como se observa em Tucídides, Maquiavel e Marx, dentre tantos outros, mais a brilhante síntese de Benjamin no século XX.

O escrito não partiu de uma cronologia ortodoxa (quadripartismo histórico - História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea, (Chesneaux, 1995) nem começou do aparente começo indiscutível (“mito das origens”, criticado por Marc Bloch). Aquele quadripartismo significa dominação política secular, como se tudo derivasse de uma só matriz mundial – a Europa -, argumento ideológico para justificar o poder desse continente sobre o mundo, depois desdobrado em dominação estadunidense. China e Índia antigas, dentre outras sociedades asiáticas,

somem desse panorama. África aparece como dotada de homens equiparados à fauna etc. Não há Oceania, exceto como objeto dos colonizadores.

Superar criticamente aquela cronologia ortodoxa não significa ignorar cronologias (no plural) nem seus respectivos conteúdos: jamais prescindiremos de Grécia antiga, Florença renascentista nem Inglaterra da Revolução industrial, dentre outros referenciais, mas essa necessidade não tem cunho burocrático nem causal, ela se insere em problemas de conhecimento – aquelas Grécia, Florença e Inglaterra estão em nós, metamorfoseadas por tantas outras experiências, por vezes monumentalizadas ideologicamente, como se observa na Arquitetura nazifascista e em grandes museus de Europa e EEUU. Todo cidadão deve ter direito, por exemplo, a um Renascimento que não se reduza a fetiches e signifique contato com obras de Pensamento e Arte, que alargue o conhecimento, ao invés de o fazer adormecer num passado idealizado de suposta glória. Brasil/África/América por onde, jamais contra, como no poema de João Cabral de Mello Neto, citado em epígrafe.

Esse debate é Ideologia ou Ideologia é fazer de conta que somos Europa bronzeada?

Enquanto a BNCC acontecia, no governo municipal de São Paulo (gestão Fernando Haddad, 2013/2016), o Ensino de História e demais componentes curriculares foi debatido em diálogo com movimentos sociais (negros, mulheres, LGBT) e levando em conta outras demandas da sociedade (refugiados de diferentes países, migrações internas, os sem-teto), discussão que não pôde ter continuidade quando aquela gestão da prefeitura paulistana se encerrou e teve início outra frontalmente oposta aos sujeitos sociais indicados, como se observou nos episódios de jatos d'água fria contra moradores de rua, em pleno inverno da cidade, derrubada de edificação ocupada com seres humanos em seu interior, mais projeto de razão humana (cidadãos tratados como animais para economizar nas despesas com alimentação: o prefeito João Paulo Dória (2017/abril de 2018) chegou a afirmar que pobre não tinha hábito alimentar! Socorro, Câmara Cascudo!),

dentre outros, que marcaram tal governo: novamente, isso também é História.

Publicada a versão final da BNCC/História, *“Que reste-t-il de nos amours?”* Qual a História que essa BNCC conseguiu propor?

O documento, na abertura, assinala relações passado/presente (cada um deles é registrado no singular, homogeneizado, não há pluralidade), realçando indagações do último em relação ao outro, sem assinalar fazeres dos futuros naquele diálogo. Fala-se em teorias e documentos no Conhecimento Histórico, articulação explicitada em trecho reproduzido de Ulpiano Bezerra de Meneses: *“Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica.”*

Meneses é um erudito que conhece muito bem significados das Retóricas clássicas e modernas. Falta, todavia, um comentário da BNCC sobre essa citação: Retórica não é enganação, ela deve remeter a compromissos do Retor com Ética e Lógica. A fala de Ulpiano indica, portanto, a onipresença da argumentação, reforçada, no Ensino, pela ação do Professor, que interage com Alunos e Mundo. Conhecimento Histórico não é Verdade que se revela por si, é Interpretação e Comunicação – Historiador e Professor agem nesse processo.

O documento assinala um louvável ideal de História: *“Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito.”*

Seria necessário destacar que é um ideal e que estudar História é explorar experiências. Aquele ideal ocorreu na História existente até hoje (Inquisição, Colonizações, Holocausto, Bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki etc.)? O diálogo com alguns clássicos filosóficos (Maquiavel, Hobbes, Nietzsche) pode contribuir para nuançar essa visão... idealizada! E a análise histórica de deploráveis guerras e dominações tornará mais

concreta ainda a discussão desses pensadores – embora as Histórias não se reduzam a isso, claro.

Evocando a importância dos documentos de época, a BNCC torna abstrata essa categoria do conhecimento histórico, negligencia critérios de preservação e memória que marcam arquivos, museus e instituições similares, que continuam carentes de crítica. Esse esvaziamento histórico dos objetos abordados se expressa no exemplo do pilão, transformado de utensílio preparatório de comida em artefato decorativo. Não se fala em trabalho nesse processo. Há um indivíduo abstrato (sem história) que usava o pilão para preparar comida (para si mesmo?) e outro indivíduo abstrato (sem história) que aprecia aquele objeto na decoração de ambientes, negligenciada sua sobrevivência utilitária em alguns setores sociais. Personagens e objetos sem História, evidentemente, nada ensinam sobre... História! Contexto aparece como quadro explicativo, silenciando ações humanas, transformando experiências sociais em efeitos. Causas e origens ressurgem nobilitadas por nova nomenclatura.

Salientando a importância e a diversidade das interpretações, a BNCC menciona a pintura de El Greco: ruptura de regras, para alguns, ou efeito de estrabismo do pintor, para outros. A perda da História conduz a resultados patéticos: seria um gesto individual do pintor (vontade de ruptura) ou uma danoção de seu organismo (determinismo da visão deficiente)? Falta um elemento fundamental no debate: a sociedade que prestigiou a pintura de El Greco, pagou por seus quadros, colocou-os em locais nobres (igrejas, residências de elite), preservou-os em coleções de corte e, depois, museus de grande reputação. História perdida, como se vê.

A referência a povos africanos e indígenas na formação histórica do Brasil enfatiza a alteridade cultural, quase sem mencionar dominações, explorações, lutas, extermínios, sobrevivências contra adversidades.

Os objetivos gerais do Conhecimento Histórico no Ensino Fundamental são desdobrados num planejamento detalhado, que engloba Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento, Habilidades. Professores, Alunos e



Escolas reais são objetos que se submeterão a esse universo planejado, serão executados por (mais que executarão) seus termos.

Parte-se de um mundo pessoal (como se a criança, ao ingressar na escola, não convivesse com muito mais que isso) que é tabula rasa, a ser preenchido pela escola. O pressuposto é de que a criança não sabe o que é eu, tu, ele, nós, vós, eles. Que nunca assistiu à televisão onde aparecem crianças morrendo ou sendo hostilizadas e presas quando tentam entrar na Europa ou nos EEUU, para não falar dos moradores de rua nacionais. Até que se inicie, a partir do 6º ano, um programa de conteúdos clássicos de História.

Esses conteúdos começam do suposto começo: Antiga (admite África, Ásia é transformada em Oriente Médio, surge a América - mas Cultura mesmo é Grécia e Roma). Tem Idade Média. Tem Modernidade, Renascimentos, Reformas, Expansão marítima. Na ocupação das Américas, aparecem “*conflitos, dominação, conciliação*” – final feliz? Tem Iluminismo, Revoluções (inclusive a Industrial), Independências das colônias americanas e tutela de indígenas e egressos da escravidão (outro final feliz, apesar de a escravidão, no Brasil independente, durar mais 66 anos – ou 80, se considerarmos a Abertura dos Portos como independência de fato?). Tem Primeiro Reinado, Regência, Segundo Reinado, Escravidão, “*Extermínio dos indígenas*” (esse não é um final feliz!). Tem Partilha de África e Ásia (esse último continente aparece muito pouco na BNCC, sempre em função dos interesses europeus e, depois, estadunidenses). Tem “*discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas*” (esse é um final muito infeliz!). Tem Primeira República (reconhece práticas autoritárias, mas os negros aparecem sob o signo da inserção e não da exclusão – Lima Barreto e Manoel Bomfim fazem falta...). Tem Vargas, Trabalhismo, “*questão indígena até 1964*”, Revolução Russa, Segunda Guerra Mundial, “*Judeus e outras vítimas do holocausto*”, ONU, Crise do colonialismo, JK, “*ditadura civil-militar*”, questão indígena e negra nesse período,



redemocratização, “*violência contra populações marginalizadas*”. Não aparece 2016 como golpe e nova ditadura – essa BNCC é também voz de golpe e nova ditadura.

Seria injusto dizer que essa BNCC/História se reduz a mais do mesmo. Há pequenas diferenças em relação ao mesmo, embora este finde prevalecendo. O perfil clássico foi preservado – História Antiga Europeia, Renascimento, Revolução Industrial... Indígenas e africanos são evocados – mais como efeitos de República, ditadura etc.

O debate na abertura do documento acena com a definição de Professores e Alunos como fazedores de História, mas o elenco temático parece ineficaz para suscitar problemas: Qual Revolução Russa para quem, por exemplo?

A BNCC se mantém como elenco de temas consensuais, admitindo referências tímidas a África, mais que tímidas em relação a Ásia, omissa no que se refere a Oceania. Mas cada parte do mundo é tantas realidades que falar em África, Ásia ou Oceania, no singular, ainda é muito pouco.

Trata-se de um documento conservador, emitido por um governo conservador, golpista, ditatorial.

Mas o ensino não se reduz a documentos governamentais, isso não ocorreu sequer na ditadura anterior (1964/1985). Trancada a porta da sala de aula, professores e alunos são livres para pensarem. E pensam!

O debate continua. Apesar dessa BNCC/História!

## Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Jr., Paulo Farmhouse Alberto e Ael do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Nacionalismos anti-racistas – Manoel Bomfim e Manuel Gonzáles Prada**. São Paulo: LCTE, 2009.

BLOCH, Marc. **Introdução à História (Apologie pour l’Histoire ou Métier d’Historien)**. Edição revista, aumentada e criticada por Etienne Bloch. Tradução de Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. Mira Sintra: Publicações Europa-América, 1997.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”, In: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – História**. Disponível em [basenacionalcomum.mec.gov.br/](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/). Acesso em: 10.08.2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645, de 2008**. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 10.08.2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em [www2.camara.leg.br/.../lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1](http://www2.camara.leg.br/.../lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1). Acesso em: 10.08.2018.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Atlas digital Brasil**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 14.08.2018.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª ed.. São Paulo: Cia. das Letras, 1995 (1ª ed.: 1938).

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2011 (1ª ed.: 1963).

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula-rasa do passado? Sobre História e historiadores**. Tradução de Marcos Silva. São Paulo: Ática, 1995.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras / FAPESP / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2000 (1ª ed.: 1902).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 19ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 (1ª ed.: 1933).

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dória diz que pobre não tem hábito alimentar**. Disponível em [www1.folha.uol.com.br/.../1928288-doria-diz-que-pobre-nao-tem-habito-alimentar-e-af..](http://www1.folha.uol.com.br/.../1928288-doria-diz-que-pobre-nao-tem-habito-alimentar-e-af..) Acesso em: 15.08.2018.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Tradução de José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1ª ed.: 1651)

HUIZINGA, Johan. **El concepto de la historia e otros ensayos**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1980.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques. **Numa e a ninfa**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser e Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (1ª ed.: 1532 – concluído em 1513).

\_\_\_\_\_. **História de Florença**. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1995.

MARX, Karl. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. In: **O dezoito brumário e Cartas a Kugelman**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp 9/159.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 (1ª ed.: 1887).

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1989 (Estudos históricos - 1) (1ª ed.: 1978).

\_\_\_\_\_. Condições da privacidade na colônia. In: **Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp 13/39.

PRADO JR., Caio. Caio. Evolução política do Brasil. In: **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, pp 5/94 (1ª ed.: 1933).

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 17ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1981 (1ª ed.: 1942).

RIMBAUD, Arthur. “Carta a Paul Demeny, 15.5.1871”. In: **Correspondência**. Tradução, notas e comentários de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

ROMERO, Sylvio. **Contos populares do Brasil**. Edição anotada por Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.(Documentos brasileiros – 75B) (1ª ed.: 1883).

SILVA, Marcos. Entre o espelho e a janela – Ensino fundamental e Direito à História. **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, 54: 139/161, set/dez 2015.

SILVA, Marcos. “Detritos federais – O vômito e o silenciamento de Lucrécio Barba-de-Bode”. In: SILVA, Armando Malheiro da, CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e SALMI, Stefano (Coord.). **República, republicanismo e republicanos – Brasil/Portugal/Itália**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da gama Kury. Brasília: EdUNB, 1987.

UNESCO. **História geral da África/UNESCO**. Disponível em: [www.unesco.org/.../general\\_history\\_of\\_africa\\_collection\\_in\\_portuguese\\_pdf\\_only/](http://www.unesco.org/.../general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/)

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 10ª ed.. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.(1ª ed.: 1854).

Recebido em agosto de 2018.

Aprovado em novembro de 2018.